

Crise na Teoria de Sismondi e sua Crítica à Economia Política

Pedro Mozzer Soares

Resumo: Esse trabalho procura encontrar o lugar do historiador suíço Jean de Sismondi dentro do debate da economia política do início do século XIX. Abordando suas críticas feitas à economia política ortodoxa da época, mais conhecida como escola clássica. A partir de suas críticas pode-se analisar o conceito de crise dentro de sua teoria, tratando de três diferentes interpretações da crise em sua obra: Crise causada pela sobreprodução; múltipla causalidade da crise e por fim o elemento da crise dentro da contradição entre valor de uso e valor de troca.

Palavras-chave: Sismondi; Crise; Escola Clássica; Sobreprodução; Economia Política

Sismondi Contra os Clássicos

A economia política do início do século XIX era fortemente influenciada por dois autores, Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Os dois conformam o que hoje entendemos como Escola Clássica da ciência econômica, e estavam preocupados em entender a dinâmica da riqueza na sociedade em que viviam. Dentro desse debate se encontrava Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi, um historiador suíço, contemporâneo à Ricardo e que por algum tempo abraçou as ideias dos clássicos. Somente com a publicação de sua obra *Novos Princípios de Economia Política* (SISMONDI, 2009) (*Nouveaux Principes d'Économie Politique*), em 1819, Sismondi rompe com o pensamento predominante à época que era principalmente influenciado por Ricardo e seus adeptos. Porém para entendermos as duras críticas que ele desferiu em Ricardo e outros pensadores, precisamos nos atentar para a importância da Lei de Say no pensamento da época.

Jean Baptiste Say (1767-1832) foi o formulador de uma teoria que ficou conhecida como a Lei de Say. Segundo o autor Miglioli (1979) essa lei ganhou uma aceitação enorme dentro da ciência econômica e se manteve “intocada por mais de um século”, de 1817 até 1930. Um dos motivos de seu acolhimento durante o início do século XIX se dá pelo fato de que Ricardo “não apenas aceitou a concepção de Say como também procurou aplicá-la coerentemente no estudo de certos problemas que a envolvia, como, por exemplo, no problema da acumulação de capital”, e como Ricardo era um dos maiores expoentes do pensamento clássico de sua época, “a concepção de Say foi passada adiante como um dos princípios inquestionáveis da Economia Política Clássica” (MIGLIOLI, 1979, p.1).

Essa teoria perpassou a ortodoxia da economia política da época chegando a ser incorporada posteriormente pela teoria neoclássica, por meio de John Stuart Mill (1806-1873). A *teoria dos mercados* de Say pressupõe que quando uma mercadoria é criada automaticamente ela gera um mercado de outros produtos que corresponde ao mesmo valor da mercadoria criada, ou seja, toda oferta de mercadorias cria a sua própria demanda. Nas palavras de Say (1814, apud MIGLIOLI, 1979, p.7):

Vale a pena notar que um produto, tão logo seja criado, nesse mesmo instante gera um mercado para outros produtos em toda a grandeza de seu próprio valor. Quando o produtor dá o toque final a seu produto, ele está ansioso para vendê-lo imediatamente, para que o valor do produto não pereça em suas mãos. Nem está ele menos ansioso para se utilizar do dinheiro que pode obter, porque o valor do dinheiro também é precíval. Mas o único modo de se desfazer do dinheiro é pela compra de um produto ou outro. Assim, a mera circunstância da criação de um produto imediatamente abre um mercado para outros produtos.

Os acontecimentos a volta de Sismondi, que por algum tempo aceitou as teorias da economia clássica, o fizeram repensar suas próprias ideias econômicas e a duvidar da eficácia da teoria clássica. Como as “crises de 1815 e 1818 que atingiram a indústria inglesa, arruinando os proprietários de fábricas e deixando os trabalhadores sem uma migalha de pão...” (RUBIN, 2014, p.408). Portanto ao escrever os *Novos Princípios de Economia Política* ele queria contrapor uma teoria que não conseguia mais responder aos fatos da sociedade em que vivia. Nessa obra, Sismondi analisa o sistema econômico em que vive e apresenta “um quadro incisivo das contradições e calamidades do sistema capitalista” (RUBIN, 2014, p.408), como o empobrecimento do campesinato e dos artesãos, o enriquecimento ainda maior dos já muito ricos, o aumento da acumulação de riqueza que não se traduziu em um aumento da felicidade da sociedade, devido à má distribuição de riqueza que existia na sociedade.

Portanto, percebemos que ao romper com a tradição ortodoxa da economia política da época, Sismondi estava atacando diretamente às ideias de Ricardo e Say que defendiam políticas de aumento da produção de um país e conseqüentemente da riqueza, pois acreditavam que toda essa riqueza gerada iria encontrar seu consumo.

Acredito haver colocado a economia política sobre uma nova base, quer seja no que diz respeito à determinação da renda de todos, quer seja por buscar uma distribuição desta renda que difunda o máximo de felicidade na nação e que, por conseguinte, atinja o verdadeiro objetivo da ciência. (SISMONDI, 2009, p.31)

O historiador suíço estava preocupado com uma sociedade que incentivava uma produção desenfreada, em nome de um desenvolvimento econômico que visava o aumento da riqueza, sem que a maioria da população se beneficiasse desse incentivo a produzir. Além do mais, olhou para as crises econômicas de sua época e se perguntou se essas crises poderiam estar ocorrendo justamente por uma produção além dos limites que aquela sociedade conseguia consumir. E assim constatou que na

verdade o “consumo é limitado pela renda”, portanto a tese de que toda produção encontra seu consumo estaria errada.

[...] Say e Ricardo foram levados a crer que o consumo constituía uma potência ilimitada, ou, pelo menos, que ele não tinha outros limites além da produção, quando, de fato, o consumo é limitado pela renda. Anunciaram que toda riqueza produzida encontraria, sempre, consumidores e encorajaram os produtores a provocar este abarrotamento dos mercados que constitui, hoje, a desgraça do mundo civilizado, quando, na verdade, deveriam ter advertido aos produtores que eles não poderiam contar senão com os consumidores que tivessem uma renda. (SISMONDI, 2009, p.30)

Além disso, Sismondi em sua obra, buscou entrar na estrutura do sistema econômico para explicá-lo e assim analisou as contradições da sociedade capitalista. Segundo Rubin (2014, p.409), Sismondi destaca que o aumento na produção de riqueza e a progressiva desigualdade conformam a “contradição fundamental da economia capitalista”, e assim tais contradições ajudam a sabotar o próprio desenvolvimento econômico dessa sociedade, gerando crises. Para contrapor a Lei de Say, Sismondi constrói sua própria teoria dos mercados e das crises, explicando o caráter anárquico da produção capitalista, ou seja, o produtor não tem um conhecimento exato se de fato aquilo que ele produziu será consumido, e assim todos os produtores dessa sociedade tomam suas decisões de produção com base em consumidores que eles desconhecem.

[...] quem vive da riqueza comercial depende de um público abstrato, de uma potência invisível, desconhecida, cujas necessidades deve satisfazer, antecipar as preferências, consultar os desejos e as possibilidades, mas tudo isto ele tem que adivinhar, sem que nada lhe seja dito, sem se expor a mal-entendidos com que se arriscaria a perder sua subsistência e sua vida por ter calculado errado. (SISMONDI, 2009, p.200)

Ao explorar o possível descompasso que pode haver entre produção e consumo, Sismondi expõe o elemento da crise, pois a falta de conhecimento do produtor sobre a quantidade que será consumida de sua produção, poderá induzi-lo a produzir mais do que é o necessário, o que acarretará em uma produção maior do que a sociedade consegue consumir, portanto em crise. Sismondi acaba indo na contramão do que diziam Ricardo e Say, que ao constatarem que a oferta cria sua demanda, negam a existência das crises econômicas. Para esses autores somente pode existir crises parciais, nunca crises gerais, como sugere Sismondi. Além disso, a economia política ortodoxa da época indica que ao haver um excesso de produção em determinado setor, haveria uma escassez de produção em outro setor, e que portanto aconteceria uma migração de capitais dentro daquelas produções, fazendo com que os setores se equilibrassem. Sobre isso Sismondi responde (2009, p.204):

Numa mesma manufatura, o proprietário rapidamente passa de um tecido que sai da moda para outro que começa a entrar nela; dos veludos estriados aos veludos lisos, do fustão ao piquê. A mesma construção serve tanto para um quanto para outro, a mesma habilidade dos mestres e trabalhadores presta-se tanto ao novo trabalho quanto para o antigo e o lucro que decorre da novidade compensa o investimento em algumas novas máquinas. Mas quase todos os operários da metalurgia morreriam antes de chegar à condição de se tornarem tecelões. O deslocamento dos mestres de oficina e de seus capitais circulantes, ainda que não seja assim tão difícil, não se dá senão muito lentamente. A transferência da maior parte dos capitais fixos é absolutamente impossível.

A Crise na Teoria de Sismondi

Dessa maneira, ao se opor ao conceito de crise da escola clássica, Sismondi avança no desenvolvimento da ciência econômica e se aproxima de autores que analisam o capitalismo como um sistema em constante desequilíbrio e que conseqüentemente está suscetível a constantes crises. A partir desse avanço teórico proposto por Sismondi, ainda no início do século XIX, é posto o conceito de crise econômica do sistema capitalista como uma questão central no entendimento da economia capitalista. Mesmo que outros autores tenham chegado a conclusões semelhantes, Sismondi foi um dos representantes da desintegração da escola clássica, segundo Rubin (2014), que eram críticos ao sistema capitalista e não apologéticos. Portanto, o conceito de crise, que já incomodavam os pensadores do século XIX, torna-se uma questão chave que permeia a ciência econômica até os dias de hoje. Por isso devemos buscar entender o que diferentes autores escreveram sobre o assunto, afim de buscar explicações para o que ocorre na sociedade contemporânea.

Para começar o entendimento do conceito de crise em Sismondi, primeiro devemos retomar a algumas ideias que já escrevemos acima. As ideias mais difundidas na época de Sismondi eram da escola clássica, mais especificamente de David Ricardo. Sismondi (GUERRERO, 2011) entendia que a única atenção de Ricardo era com o crescimento infinito da riqueza, e assim como ele, os expoentes da escola clássica concordavam que quanto maior o crescimento da riqueza, melhor seria o desenvolvimento econômico daquela nação, em qualquer circunstância. Já Sismondi, compreendeu que o crescimento da riqueza não é necessariamente algo sempre bom, pelo contrário, dependendo da situação poderia se transformar em algo ruim.

Procurei demonstrar que a renda de todos não é o mesmo que o produto do trabalho de todos, de tal modo que é possível que o produto cresça e a renda diminua; que as lojas se atulhem, mas os bolsos se esvaziem; enfim, que falem compradores para a mercadoria porque se trabalhou muito, e não, como pensam os outros economistas, que só é possível faltar compradores para as mercadorias quando estes se abstêm de trabalhar. (SISMONDI, 2009, p.457)

A partir dessa crítica ao crescimento da riqueza, Sismondi foi bombardeado pela economia política ortodoxa da época. Diziam que Sismondi (2009) rejeitava o desenvolvimento da agricultura e da indústria, condenava qualquer tipo de progresso da sociedade, e que defendia a fome e a subprodução (GUERRERO, 2011, p.34). Ou seja, apelavam para argumentos pouco científicos e que se aproximavam de uma crítica moral, do mesmo modo que hoje enxergamos algumas críticas dentro da ciência econômica que mais se aproximam de uma crítica moral do que propriamente científica. Sismondi se defende em seu livro dizendo (2009, p.486): “Peço, pois, que me prestem atenção: não é contra as máquinas, nem contra novas descobertas, nem contra a civilização, que se voltam as

minhas objeções, mas contra a moderna organização da sociedade [...]”. E continua (SISMONDI, 2009, p.500):

Acredito que é preciso buscar, sempre, entre os produtores, o maior número de consumidores; creio, ademais, que os produtores serão melhores consumidores e terão mais *meios de compra* se tiverem ganho com a produção para a qual cooperaram, e não perdido com ela. Não reivindico que os produtos sejam raros, mas que sejam abundantes em relação à demanda, de modo a que aquele que os leve ao mercado obtenha, com a venda, um lucro legítimo.

Podemos encontrar outros pontos de conflito entre Sismondi e a economia clássica quando, ao aceitar a Lei de Say, os clássicos tratam do equilíbrio no sistema econômico. Para eles (GUERRERO, 2011) as empresas reagem ao nível de produção conforme acontecem o ritmo de suas vendas. Portanto, os ajustes ocorrem e a economia volta ao equilíbrio, o que caracterizaria uma crise parcial no sistema econômico, somente durante esse momento de ajuste das empresas. Porém, para Sismondi (2009, p.203), mesmo que de fato esse ajuste possa acontecer, ele não é tão simples e nem indolor.

Ficou estabelecido como um princípio da economia política que, dependendo da necessidade, a produção podia tanto crescer quanto diminuir. No entanto, este movimento está longe de ser, assim, tão regular. Assim como a necessidade que leva a produção a crescer difunde uma abastança geral, a superabundância que obriga a reduzi-la acarreta um longo e cruel sofrimento a todos, antes que se consiga alcançar o efeito almejado.

Logo, podemos afirmar que Sismondi tem uma análise do desequilíbrio do sistema econômico capitalista, que se manifesta a partir de uma sobreprodução do sistema produzindo reações dos empresários que causam instabilidade e conseqüentemente miséria para a sociedade.

Podemos apontar aí um indício de causa das crises para Sismondi. Um sistema econômico baseado na produção e no consumo, onde esses dois movimentos acontecem de forma separada, portanto as decisões de produção acontecem sem uma certeza de que aquela riqueza produzida será consumida. O que faz com que, mesmo havendo ajustes na produção, esses ajustes têm um caráter desestabilizador, ou seja, um ajuste de diminuição da produção pode provocar desemprego, miséria e uma diminuição da renda nacional e logo, do consumo.

Segundo Guerrero (2011), existem várias interpretações sobre o conceito de crise na teoria econômica de Sismondi. Elas se diferem entre três interpretações principais: uma que entende Sismondi como um teórico do subconsumo, portanto a causa da crise seria justamente essa; outra que indica que a crise tem diferentes e múltiplas causas na teoria sismondiana, não somente o subconsumo; e a última que coloca a causa da crise na contradição entre o valor de uso e valor, sem negar as outras duas explicações da crise.

Crise pela sobreprodução

Vamos começar falando da primeira que coloca Sismondi como um teórico do subconsumo. Muitos autores, veem Sismondi (GUERRERO, 2011) como o pioneiro da teoria do subconsumo.

Dessa maneira esses autores afirmam que podemos encontrar a causa da sobreprodução no subconsumo, que é resultado de uma distribuição desigual das rendas. Portanto para esses autores a crise, em Sismondi, é causada por um problema organizacional do sistema econômico, como falamos anteriormente, ou melhor, dada a desigual distribuição entre os agentes econômicos, que resulta numa concentração da renda na mão dos mais ricos, os trabalhadores da sociedade veem suas rendas diminuírem. Assim, quando a renda da maior parte da população diminui, seu consumo conseqüentemente também decai, o que diminui o consumo de toda sociedade, fazendo com que a produção anterior não possa ser totalmente consumida, originando a sobreprodução, uma produção que não encontra um público para compra-la. Portanto, há crise.

Não podemos deixar de salientar a atualidade do pensamento de Sismondi, que ao colocar o problema da sociedade capitalista na distribuição de renda faz um diálogo com nosso tempo, pois ainda temos muitos problemas relacionados a desigualdade e um dos pontos mais discutidos dentro da ciência econômica é a questão da distribuição de renda.

Várias causas da crise

Outras interpretações do conceito de crise em Sismondi, não focalizam apenas na questão do subconsumo, mas entendem que sua teoria das crises advém de múltiplas causas (GUERRERO, 2011). Por exemplo, Aftalion (1899, apud GUERRERO, 2011) afirma que na visão de Sismondi a sobreprodução é uma consequência indispensável da grande indústria e da livre concorrência, além das decisões de produção dos empresários que ao se depararem com o seu “público abstrato” – nos termos de Sismondi – fazem cálculos ilusórios. Outro aspecto levantado pelo autor que podem agravar as crises é a existência de bancos, livre comércio internacional e o fato dos Estados estimularem suas indústrias, aumentando o risco de sobreprodução. Além do mais, a crescente renda dos empresários frente a dos trabalhadores, que veem suas rendas diminuírem, ampliam o problema, pois concentram seu consumo em bens de luxo que representam uma parcela muito pequena da produção total. Logo, essa concentração de renda faz o consumo daquela sociedade diminuir, afetando as vendas dos empresários e contribuindo para que os trabalhadores aceitem salários cada vez menores. Aftalion, assim como distintos autores, indica também a importância da anarquia da produção capitalista como causadora da crise econômica.

De acordo com Guerrero, W. C. Mitchell (1927, apud GUERRERO, 2011) coloca que a “causa fundamental” das crises para Sismondi, é a desigualdade na distribuição da renda e o fato dos ricos preferirem bens de luxos estrangeiros ao invés dos nacionais. Outra ideia que o autor entende ser importante para o entendimento da teoria das crises em Sismondi, é o pensamento de que os bens produzidos na sociedade tem mais valor do que a renda dos consumidores, portanto eles não conseguem adquiri-los. O efeito disso segundo Guerrero (2011, p.42):

la renta que tiene que comprar la producción actual es “la del año anterior”, de modo que “cuando la capacidad para producir crece rápidamente mediante la introducción de maquinaria, el mercado tiene que saturarse frecuentemente”, ya que “cuanto más rápido sea el aumento de la producción, mayor será la diferencia entre la renta del año anterior y la producción de éste”.

Assim como Aftalion, W.C. Mitchell (1927, apud GUERRERO, 2011) enxerga a importância da forma como o comércio é organizado, fazendo o empresário se deparar com um “público metafísico” que ele desconhece. Desse modo, o empresário se guia pelos preços de mercado para decidir a quantidade que vai produzir.

Guerrero afirma, que Commons et al. (1922, apud GUERRERO, 2011, p.43), considera Sismondi como “el padre de las teorías subconsumistas de los ciclos económicos” e assim como muitos outros entende que ele tem uma teoria múltipla das crises, por conta de Sismondi ter se apoiado na teoria do trabalho incorporado e na teoria, defendida por Smith, do trabalho comandado, o que pro autor se tratam de teorias incompatíveis, trazendo problemas ao campo teórico de Sismondi. Outras críticas ao trabalho de Sismondi, encontramos em Mitchell, segundo Guerrero (2011, p.42), que indicou que algumas sugestões feitas por Sismondi foram “mal coordenadas entre si”.

Podemos dizer que a diversidade de interpretações acerca da teoria de Sismondi, pode ser explicada também pelas críticas quanto a forma que Sismondi expôs seu trabalho, pois na ausência de um método definido muitas definições se confundem entre si.

O Elemento da crise na contradição entre valor de uso e valor de troca

A última vertente de interpretação da teoria das crises em Sismondi que iremos analisar, é a dos autores que entendem que para Sismondi a crise já está dada numa contradição existente em sua teoria do valor, na contradição entre valor de uso e valor. Para entender a causa da crise dessa vertente, precisamos olhar para a teoria do valor de Sismondi.

Guerrero (2011, p.45) afirma, que Sismondi diferencia o sistema econômico em dois: o tradicional e o contemporâneo. O primeiro é caracterizado como o sistema do passado, antes do advento do comércio, onde as relações econômicas eram baseadas na troca. Essa era uma sociedade autossuficiente, consumia tudo o que produzia. O sistema contemporâneo é definido como “*dependiente del comercio*”, ou seja, um sistema onde as relações econômicas comerciais predominavam. Na sociedade onde não existe o comércio o valor que a norteia é o valor de uso, que advém do trabalho humano. Esse consiste em riqueza.

Tudo a que o homem confere um valor é criado por seu trabalho e tudo o que ele cria deve ser consumido para satisfazer suas necessidades ou seus desejos. Mas entre o momento da criação, com seu trabalho, e o do consumo, pela sua fruição, a coisa que se destina a seu uso pode ter uma existência mais ou menos prolongada. É esta coisa, este fruto do trabalho, acumulado, mas ainda não consumido, que chamamos de *riqueza*. (SISMONDI, 2009, p.65)

Porém, na sociedade comercial aparece um novo tipo de valor que deriva das novas relações comerciais dessa sociedade, portanto das trocas comerciais. O que ele considera um tipo singular de riqueza. Esse novo valor que deriva das trocas é o (1857, apud GUERRERO, 2011, p.46):

valor que no resulta de la utilidad, sino de *la relación entre la necesidad de toda la sociedad y la cantidad de trabajo suficiente para satisfacer esta necesidad*, o también de la cantidad de trabajo que podría satisfacerla en el futuro (...). En la evaluación de los valores (...), el concepto de utilidad ha sido dejado completamente de lado. Es el *trabajo*, el esfuerzo necesario para procurarse las dos cosas cambiadas recíprocamente, lo único que es tomado en consideración.”

Para Sismondi (GUERRERO, 2011), o desenvolvimento do comércio apagou o caráter do valor de uso da sociedade, deixando apenas o valor observado nas trocas comerciais. Um valor que deixou de expressar o valor intrínseco dos bens, a riqueza real da sociedade, e passou a representar uma falsa riqueza. Portanto, o valor de troca que passa a coordenar as relações econômicas dessa sociedade comercial, se torna uma “*idea abstracta*”, um valor que adquire vida própria e se desgarra do produto que o criou, separando valor de uso, que significa o valor da criação de um produto, do valor de troca, que representa o momento da troca dentro do comércio. Confirmando o que dissemos anteriormente, Sismondi (1837, apud GUERRERO, 2011, p.47) afirma que “El comercio hace desaparecer el carácter *esencial* de las riquezas, su utilidad, y sólo deja su carácter *accidental*, su valor de cambio”

Desse modo, esse novo valor abstrato começa a comandar a nova economia da sociedade comercial, fazendo com que a produção de riqueza, produto do trabalho, não seja mais o sentido da sociedade e sim a busca pela valorização do valor de troca, ou seja, o lucro. A nova sociedade não se preocupa mais com a geração de valor de uso e sim de valor de troca. Portanto, há então uma verdadeira cisão entre valor de uso e valor de troca, que Sismondi (1924, apud GUERRERO, 2011, p.48) assinala que é “la fuente de todos los problemas de nuestro sistema económico”, o que podemos compreender como crise econômica. Dizendo de outras formas, a contradição entre valor de uso e valor de troca gesta a crise da sociedade capitalista.

Com a sociedade subordinada às leis do valor de troca, se torna claro a razão desse sistema econômico produzir males e crises. Ao passo que, pela lógica da produção anárquica, cada indivíduo age independente um do outro, buscando a maximização de seus lucros, logo, um incremento no valor de troca que procura se multiplicar sem se preocupar com a geração de riqueza e muito menos com as necessidades da sociedade. Essa perseguição incessante ao lucro ocorre porque, na imagem dos indivíduos da sociedade comercial regida pela lei do valor de troca, eles enxergam no aumento de seus ganhos o aumento em sua riqueza. Porém, Sismondi (1837, apud GUERRERO, 2011, p.49) alerta para essa falsa percepção:

El error en que se basa todo el sistema de la moderna crematística (...) es que confunde el aumento de la producción con el incremento de riqueza. (...) [Pero] proponerse producir mucho es no tener en cuenta la distinción entre el valor de uso y el valor de cambio,

es a menudo aumentar la cantidad sin aumentar la riqueza, es, al impulsar el continuo desarrollo de la industria, atraer sobre la industria el más temible de los males, la sobreproducción.

Dessa forma, a multiplicação de um valor metafísico revela a incompatibilidade da produção se ajustar as necessidades da sociedade. Logo, haverá um desequilíbrio no sistema econômico que “se convertirá en la *norma* y no en la excepción.” (GUERRERO, 2011, p.50). Em outras palavras a falta de uma coordenação social expõe as contradições de uma sociedade regida por relações de produção anárquicas.

Dito isso, podemos estabelecer uma relação entre os intérpretes da múltipla causalidade das crises, com aqueles que indicam na contradição entre valor de uso e valor de troca a razão das crises na teoria de Sismondi. Essas duas vertentes procuraram buscar nas diferentes ideias e concepções que Sismondi aponta, quando analisa a “sociedade comercial” em que ele estava inserido. Por conseguinte, são interpretações mais complexas da crise em Sismondi, justamente por interligar os pensamentos que formam a economia política do historiador suíço.

Não podemos deixar de nos atentar para a aproximação de algumas ideias de Sismondi com Karl Marx, principalmente no tocante às teorias do valor e seus desdobramentos, como a diferença entre valor de uso e valor de troca e a autonomização do valor de troca que se assemelha com o conceito de fetichismo que aparece na obra de Marx. Além de outras questões desses dois pensadores do século XIX, que ao mesmo tempo que se aproximam, se distanciam também. Porém, não irei aqui neste trabalho fazer esse movimento, deixando essas inquietações para um próximo trabalho.

Referências

- GUERRERO, Diego. **Sismondi, Precursor de Marx**. 1ª. ed. [S. l.]: Maia Ediciones, 2011. 280 p.
- MIGLIOLI, Jorge. A lei de Say e suas implicações. In: MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. 1979. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1979. p. 232.
- RUBIN, Isaac. Sismondi como crítico do capitalismo. In: RUBIN, Isaac. **História do Pensamento Econômico**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. cap. 37, p. 407-418.
- SISMONDI, Simonde de. **Novos princípios de economia política**. 22ª. ed. Curitiba: Segesta Editora, 2009. 504 p. ISBN 978-85-89075-07-7.

